

Mitterrand quer que países renunciem a sua soberania

Araújo Netto
Correspondente

HAIA — O presidente francês François Mitterrand afirmou ontem, após o término da conferência internacional de Haia sobre problemas de meio ambiente, que deseja a criação de uma autoridade internacional que tenha a capacidade de realizar uma política ambiental e punir delitos ecológicos.

Mitterrand admite que essa autoridade esbarraria em problemas de soberania nacional. "Isso se traduz na renúncia de parte da soberania por alguns países", disse ele, "mas é preciso fazê-lo. Nós já fizemos concessões na área da Comunidade Européia e até mesmo em outras questões internacionais. Hoje, para nós o importante é avançar".

A declaração de Mitterrand causou estranheza, já que a Declaração de Haia aprova apenas o princípio de desenvolver, no âmbito das Nações Unidas, uma nova autoridade internacional que tanto pode servir para reforçar instituições já existentes como criar uma nova, com a perspectiva de preservação da atmosfera.

As declarações de Mitterrand foram ainda mais enfatizadas pelo primeiro ministro francês, Michel Rocard, que propôs que a nova autoridade mundial para o meio ambiente fosse criada e agisse fora das Nações Unidas. Há 15 dias, Mitterrand já havia exposto sua idéia de criação da autoridade internacional no programa de televisão *Sept sur sept*, mas não conseguiu aprová-la na conferência de Haia.

Declaração — Cinco foram as boas intenções políticas que conseguiram estabelecer um acordo e obter o consenso de 24 países signatários da Declaração de Haia, divulgada ontem à tarde, nesta cidade que é a sede da corte, do governo e do parlamento da Holanda.

No texto de duas páginas e meia, afirma-se que "respeitando as obriga-



François Mitterrand quer punir os crimes ecológicos

ções internacionais de cada Estado, os signatários reconhecem e se empenham a promover os seguintes princípios:

a) O de desenvolver, no âmbito das Nações Unidas, uma nova autoridade institucional, seja para reforçar instituições existentes, seja para criar uma nova instituição, que, na perspectiva de preservação da atmosfera, será encarregada de lutar contra o aquecimento da Terra provocado pela poluição.

b) Essa autoridade institucional procederá ou fará realizar os estudos necessários, poderá ter acesso — desde que solicite — a informações idôneas, garan-

tirá a difusão e a troca de conhecimentos científicos e tecnológicos — o que implica em promover o acesso às tecnologias necessárias, desenvolver os instrumentos e definir as normas que favoreçam e garantam a proteção da atmosfera, observando o respeito destas normas.

c) O de adotar medidas adequadas e destinadas a promover a aplicação efetiva e o respeito das decisões da nova autoridade institucional, decisões que serão da competência e controladas pela Corte Internacional de Justiça.

d) Os países visados por decisões tomadas para proteger a atmosfera, le-

vando em conta o seu nível de desenvolvimento e a sua responsabilidade efetiva na deterioração da atmosfera, receberão uma ajuda justa e equânime a título de compensação. Alguns mecanismos deverão ser ativados com essa finalidade.

e) A negociação dos instrumentos necessários para criar uma base institucional e financeira, que seja eficaz e coerente, segundo os princípios enunciados antes.

As duas últimas frases da Declaração de Haia contêm dois apelos: para que todos os estados e organizações internacionais assinem e ratifiquem as convenções sobre a proteção da natureza e meio ambiente, e para que todos os estados do mundo subscrevam o documento produzido pelos 24 países que se reuniram em Haia nos últimos três dias.

A grande retórica dos negociadores e autores diplomáticos da Declaração de Haia concentrou-se em duas linhas, exatamente aquelas que constituem o primeiro parágrafo do texto, em que se lê: "O direito de viver está na base de todos os outros. Sua garantia é um dever absoluto para todos os responsáveis de todos os estados do mundo."

Em contraste com esse bom exercício de eloquência, o oitavo parágrafo da Declaração de Haia não pode ser esquecido como um claro e honesto exercício de autocritica, que compromete principalmente os países mais industrializados e desenvolvidos que aderiram e subscreveram o documento final da conferência. Nele, os signatários da Declaração de Haia afirmam: "A comunidade internacional, e especialmente as nações industrializadas, tem obrigações particulares de assistência em relação aos países em desenvolvimento que seriam severamente afetados pelas mudanças da atmosfera, ainda que muitos deles tenham pouquíssimas responsabilidades pelo que acontece hoje."

Brasileiro comemora o resultado

O embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima, chefe da delegação brasileira e secretário-geral do Itamarati, não queria ser visto como um novo Ruy Barbosa, que em 1907 voltou da 2ª Conferência Mundial de Paz consagrado como a *Águia de Haia*, mas tinha todos os motivos para afirmar que o Brasil está deixando a Holanda com uma indiscutível vitória política e diplomática.

Pouco antes do almoço com a rainha Beatrix, no Palácio Noorinde, e depois de receber e discutir cordialmente com os três ecologistas brasileiros presentes em Haia — Fernando Gabeira, Carlos Minc e Luiz Antônio Prado — o embaixador Flecha de Li-

ma analisou com objetividade os resultados alcançados pela missão.

Sua avaliação da Declaração de Haia é a de que ela acabou sendo muito mais a expressão de uma preocupação política e não uma articulação de medidas concretas. Sem dúvida alguma não corresponde e não reflete as pretensões iniciais da França, Noruega e Holanda, promotores da conferência sobre proteção da atmosfera. Pode-se dizer até que ficou muito aquém das ambições e propostas que chegaram a ser formuladas e apresentadas inicialmente aos países convidados a aderir.

Para o Brasil, em particular, o resultado foi altamente positivo não só porque a Amazônia não foi julgada, como não se propôs sua internacionalização, como alguns sugeriram, mas porque no texto aprovado e firmado ontem à tarde não se faz a menor alusão a sanções econômicas ou à imediata constituição de novas estruturas supranacionais.

Paulo de Tarso recordou o clima e a expectativa que se havia criado em torno da conferência. Ele não quis esquecer que, poucos dias antes de seu início, várias propostas apresentadas para o documento final eram quase inaceitáveis e, em alguns casos, chegavam ao limite de provocações ou insinuações contra o Brasil. Quando não se apresentavam com críticas explícitas, caracterizavam-se como autênticas carapuças contra o Brasil e seus governantes.

Graças a um trabalho sério, profissional e tenaz, os negociadores brasileiros acabaram impondo argumentos e posições que não eram apenas de conveniência do Brasil, mas também do Canadá, Austrália, Índia, Venezuela e alguns países africanos.

Foi assim que, na opinião do chefe da delegação brasileira, conseguiu-se depurar da Declaração de Haia várias extravagâncias, como a criação de uma polícia internacional ecológica, um código penal ecológico e um ministério público internacional, pronto a acusar e processar qualquer país que realizasse atos predatórios ao meio ambiente.

O fato de a Declaração de Haia refletir principalmente bons e aceitáveis propósitos da comunidade internacional em relação aos problemas atmosféricos e ambientais não a desqualifica, na opinião do embaixador brasileiro. Ele prevê que o convite final, feito pela Declaração, acabará sendo aceito por um número maior de países, que não vieram a Haia neste fim-de-semana.

"Os Estados Unidos que explicaram sua ausência de Haia, dizendo que achavam prematura a convocação da Conferência, proximamente poderão aderir aos princípios defendidos pelos países que assinaram a Declaração. O mesmo poderá acontecer com a Inglaterra, que teria recusado o convite para vir a Haia com as mesmas razões e apreensões que tínhamos e manifestamos", afirmou Flecha de Lima. (A.N.)